Lula e a terrível realidade da era da contrarrevolução | Carta semanal 45 (2026)



Cândido Portinari (Brasil), *Morro*, 1933.

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido como Lula, candidatou-se à presidência do Brasil **oito vezes** desde 1989. Venceu quatro eleições (2002, 2006, 2022 e 2026), a mais recente aos 80 anos de idade. Ao longo de sua

trajetória política – desde sua eleição para a liderança do sindicato dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo e Diadema em **1969** até essa vitória mais recente – o Brasil esteve sob ditadura militar (1964-1985) ou sob uma ordem democrática na qual as antigas classes dominantes e seus aliados em Washington mantiveram o poder. Esse equilíbrio de forças limitou o que Lula pôde realizar no cargo.

Bora Lula foi a palavra de ordem desta eleição. Mas ir para onde? Os trabalhadores e camponeses do Brasil, os moradores dos bairros periféricos e seus movimentos por terra e moradia **tomaram as ruas** antes do segundo turno das eleições para impedir o retorno da extrema direita representada por Flávio Bolsonaro e para pressionar por suas próprias reivindicações. Após três mandatos anteriores de Lula, porém, esses limites não são abstratos. A vitória no poder, por si só, não dissolve o poder financeiro, não implementa a reforma agrária, não acaba com o trabalho precário nem desmantela as instituições por meio das quais os ricos exercem seu poder. A vitória de Lula protege conquistas democráticas e sociais arduamente conquistadas da extrema direita, mas não altera o terreno difícil desta era de contrarrevolução.



Pietrina Checcacci (Brasil), *Dinheiro*, 1967.

Desde o início da década de 1990, as forças contrarrevolucionárias passaram a desfrutar de um novo grau de

predominância global, durante um período que, eufemisticamente, denominamos neoliberalismo ou globalização. Os ciclos de ditaduras militares e golpes de Estado das décadas anteriores já haviam buscado esmagar as forças de libertação nacional e do socialismo. A crise da dívida dos anos 1980 e a destruição da URSS alteraram de maneira decisiva a correlação de forças internacional, permitindo a consolidação dessa ofensiva contrarrevolucionária.

O imperialismo, antes parcialmente limitado pela existência da União Soviética, passou a dispor de maior liberdade para punir governos que desafiassem sua autoridade. As denominações atribuídas a esse período — neoliberalismo e globalização — descrevem aspectos importantes de suas políticas e de sua integração econômica, mas podem obscurecer sua essência política. O conceito de contrarrevolução, por sua vez, descreve o processo organizado de reversão das conquistas alcançadas pelas lutas socialistas, da classe trabalhadora e de libertação nacional, além de tornar mais claras as forças que avançaram e aquelas que foram obrigadas a recuar.

A criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em **1995** expressou a ambição de consolidar uma única ordem comercial global. Regras comuns disciplinaram países com histórias e capacidades produtivas radicalmente desiguais, de forma a favorecer grandes corporações, enquanto novas restrições à propriedade intelectual restringiram o acesso às tecnologias necessárias para o desenvolvimento das forças produtivas. A liberalização da conta de capital se acelerou, e o Quinto Protocolo ao Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS), de **1997**, abriu ainda mais os mercados financeiros a empresas estrangeiras. Com a maior mobilidade do capital, os Estados enfrentaram crescente pressão para competir por investimentos, enquanto as reformas neoliberais enfraqueceram os controles de capital, o controle público sobre as finanças e o planejamento central. Ao mesmo tempo, as finanças transnacionais expandiram-se enormemente. A BlackRock ilustra a extraordinária expansão da gestão de ativos: seus ativos sob gestão cresceram de **165 bilhões de dólares** em 1999 para **15,5 trilhões** em setembro de 2026 – quase 94 vezes o seu nível de 1999 em termos nominais. O Goldman Sachs ilustra de forma semelhante a expansão dos serviços bancários e da gestão de investimentos, com o total de ativos subindo de cerca de **250 bilhões de dólares** em 1999 para **1,81 trilhão** em 2025, um aumento de sete vezes.



Djanira da Motta e Silva (Brasil), *Festa do Divino – Parati*, 1960.

Em grande parte da Europa e da América do Norte, os partidos social-democratas e liberais se acomodaram cada vez mais à guinada neoliberal, recuando dos compromissos anteriores de expandir o bem-estar social e o poder da classe trabalhadora. Isso significou que as forças mais à esquerda tiveram que assumir grande parte da luta pelos direitos democráticos e pelo bem-estar social, mesmo enfraquecidas pelos ataques diretos do imperialismo estadunidense e pela reestruturação da produção e o crescimento do trabalho precário a partir da década de 1980. Com a destruição da URSS, muitos partidos comunistas e de esquerda se dissolveram, mudaram de rumo ou declinaram acentuadamente, enquanto os movimentos armados foram enfraquecidos por ofensivas militares contínuas (maoístas na Índia) ou entraram em um longo processo de desmobilização (FARC-EP na Colômbia e PKK na Turquia). Houve, de fato, vários avanços importantes nesse período, como o fim do *apartheid* na África do Sul em 1994, o início do processo bolivariano na Venezuela em 1998 e o fim da monarquia no Nepal em 2008. Em cada um desses casos, porém, ocorreram transformações nacional-democráticas, enquanto as relações de propriedade capitalistas permaneceram em grande parte intactas. O processo bolivariano foi o que mais avançou, transformando a ordem política, inclusive por meio da construção de instituições comunitárias socialistas, mas não conseguiu superar a dependência da Venezuela

das exportações de petróleo bruto.

Nessas condições, os programas práticos em grande parte da esquerda se desenvolveram em torno de três eixos conectados: a defesa das instituições democráticas, a defesa e a expansão do bem-estar social e a construção de instituições multilaterais que pudessem ampliar o espaço para o desenvolvimento soberano. A experiência do Brasil sob Lula deve ser lida dentro desse contexto mais amplo.



Tarsila do Amaral (Brasil), *O Vendedor de frutas*, 1925.

Democracia. Em **1975**, Lula foi eleito presidente de seu sindicato e logo se tornou uma figura de destaque no confronto do movimento operário com a ditadura militar. Hoje, muitos se esquecem de que a onda de greves entre 1978 e 1980 e a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em **1980**, na qual Lula desempenhou um papel fundamental, contribuíram para enfraquecer a ditadura e acelerar a luta pela redemocratização. Essas lutas faziam parte de um movimento de oposição muito mais amplo que, por fim, pôs fim ao regime militar em 1985. A mobilização da classe trabalhadora, juntamente com as lutas camponesas que se uniriam nacionalmente no **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**, fundado em 1984, ampliou a luta pelo direito de organizar sindicatos, publicar jornais, formar partidos políticos e concorrer a eleições. Em toda a América Latina, a extrema direita e seus aliados têm usado uma série de instrumentos contra a esquerda para reverter conquistas democráticas, desde o uso do chamado ***lawfare*** – incluindo o **impeachment**/golpe de Dilma Rousseff no Brasil em 2016 e a recente prisão da ex-candidata à presidência do Equador, **Luisa González** – até intervenções militares diretas, como o ataque dos EUA à Venezuela em janeiro de 2026 e o sequestro do presidente Nicolás Maduro e da primeira-dama e deputada estadual Cilia Flores. A reeleição de Lula preserva conquistas democráticas arduamente alcançadas, mas por si só não amplia a participação popular entre as eleições. O MST e outras organizações de massa, juntamente com grupos de jovens e iniciativas digitais como o canal do WhatsApp Exército do Lula, que atraiu mais de 10 milhões de seguidores, desempenharam um **papel ativo** na mobilização de eleitores durante a campanha, particularmente durante o segundo turno. Ao longo dos próximos anos, os sindicatos, as organizações de bairro, os movimentos camponeses e as organizações populares precisarão se fortalecer socialmente para garantir que a democracia esteja menos vulnerável ao dinheiro, à manipulação e à intimidação organizada. Devem também liderar a batalha de ideias e emoções em terrenos em que as forças de extrema direita estabeleceram redutos, como as redes sociais e as comunidades religiosas.

Bem-estar social. Em seus três mandatos anteriores, Lula lutou para expandir o bem-estar social por meio de saúde, previdência, educação, moradia e auxílio-renda. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que **a pobreza caiu** de 27,3% em 2023 para 23,1% em 2024 – uma parcela ainda inaceitavelmente alta da população, mas o terceiro declínio anual consecutivo. Por trás desses percentuais, estão pessoas capazes de comprar itens de primeira necessidade, crianças com maior segurança e famílias recuperando um pouco de dignidade. A redistribuição que não transforma o poder econômico e fortalece as forças produtivas é necessária, mas limitada. No período pós-ditadura, o Brasil vivenciou uma contínua desindustrialização, juntamente com níveis persistentemente **baixos de investimento**, principalmente em infraestrutura. Sem uma base produtiva mais sólida e o aumento da arrecadação pública, os programas sociais permanecem mais vulneráveis a negociações fiscais e políticas com interesses dos ricos, em vez de estarem ancorados em um crescimento sustentado da renda e em uma base tributária mais ampla. Os três mandatos de Lula no governo garantiram avanços sociais significativos, mas os compromissos políticos que os possibilitaram também limitaram seu alcance e esgotaram as alianças necessárias para lutar por cada conquista do Estado. A extrema direita se fortalece nesse contexto de esgotamento, transformando a humilhação do trabalho precário em ressentimento contra migrantes, mulheres, minorias e a esquerda. Sem transformar as relações sociais que reproduzem a insegurança, permanece difícil proteger e expandir a dignidade humana. Nesse terreno complexo das emoções cotidianas, as explicações simplistas e perigosas da extrema direita podem ganhar força.



Alfredo Volpi (Brasil), *Casario de Itanhaém*, final da década de 1940.

Multilateralismo. Desde seu primeiro mandato, Lula tem sido um defensor do comércio e da cooperação Sul-Sul como meio de ampliar o espaço soberano disponível aos países do Sul Global. O Brasil não aderiu à Alba em **2004**, mas colaborou com a Venezuela na construção da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) em **2008**, como parte de seu compromisso com a integração regional. A formação do **BRIC** em **2009** reuniu os principais países do Sul em um bloco comercial que, desde então, se expandiu e se envolveu cada vez mais nos debates sobre a reforma da governança global. Pouco antes das eleições, o Brasil se juntou à Austrália, Barbados, Canadá, União Europeia, Índia e Quênia como um dos primeiros copatrocinadores da Parceria para o Multilateralismo (**P4M**), uma iniciativa para defender e reformar o sistema multilateral. Juntas, essas iniciativas refletem a visão de Lula de que o Brasil deve atuar como uma ponte entre o Ocidente e o Sul e ter uma "**política externa ativa e altiva**", o que significa que não deve apenas reagir às propostas ocidentais, mas ajudar a moldar as plataformas multilaterais. Essa cooperação reúne governos com projetos de classes diferentes e, portanto, não implica, por si só, um programa comum de transformação social. Seu propósito, mais limitado, porém importante, é defender o espaço soberano e ampliar o acesso, por exemplo, ao financiamento para o desenvolvimento por meio de instituições criadas por países do Sul, como o **Novo**

Banco de Desenvolvimento, atualmente liderado pela ex-presidente brasileira **Dilma Rousseff.**

Esses três eixos preservaram conquistas indispensáveis durante essa era de contrarrevolução. Se esses programas defensivos se cristalizarem em todo o horizonte político, como frequentemente acontece, seus limites se tornarão perigosos. As pessoas precisam não apenas escapar da fome, mas também entender por que a insegurança persiste e construir a força política necessária para superar as estruturas que a reproduzem. Do contrário, a frustração pode ser explorada por forças que prometem uma falsa rebelião enquanto fortalecem os detentores da riqueza, o que quase ocorreu nessa acirrada eleição no Brasil. A contrarrevolução se reproduz, em parte, ao ensinar aos oprimidos que a emancipação é impossível.



Lasar Segall (Brasil), *Morro vermelho*, 1926.

A vitória de Lula deve ser celebrada como uma conquista do povo trabalhador brasileiro, que saiu às ruas aos milhões para derrotar Bolsonaro. Mas agora o trabalho precisa começar: fortalecer os movimentos, continuar emancipando as pessoas do sofrimento e construir uma política econômica soberana que desenvolva as forças produtivas do Brasil. O futuro não pode se basear indefinidamente na extraordinária capacidade de um líder de reunir a maioria. O que vem a seguir não é apenas o próximo Lula, mas uma esquerda reconstruída, capaz de gerar milhões de Lulas. E assim poderemos ver a maré virar e essa era de contrarrevolução abrir caminho para um novo período em que nossas expectativas revolucionárias possam se concretizar.

Na corrida eleitoral, diversos artistas brasileiros notáveis, como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Daniela Mercury, Xamã e Ebony, cantaram "**Bora Lula**" como parte da campanha. A canção pode ser ouvida com menos frequência agora, mas seu refrão deve continuar a ecoar todos os dias pelas ruas do Brasil:

> *Nosso povo tá na rua*
> *A mudança continua.*

Cordialmente,

Vijay